



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO ENVELHECER DO SESC/DF

Júlia Lopes Vieira¹

Ana Carolina Castro Pereira da Cunha²

Resumo: O presente relato de experiência tem por objetivo analisar como a dimensão pedagógica da atuação do assistente social se concretiza no contexto sócio-ocupacional do SESC/DF por meio do “Projeto Envelhecer”. Foram realizadas considerações a respeito da dimensão pedagógica como um todo e na sequência foram destacados os aspectos relevantes à instituição na qual o projeto se insere, público-alvo e desenvolvimento das oficinas. A contribuição principal do trabalho consiste em destacar alternativas de atuação profissional que busquem o enfrentamento das expressões da questão social que perpassam o envelhecimento humano em consonância com a proposta do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-chave: Função pedagógica; Atuação profissional; Envelhecimento; Serviço Social.

Abstract: The present experience report aims to analyze how the pedagogical dimension of the Social Work is concretized in the socio-occupational context of SESC/DF through the “Envelhecer Project”. Considerations were taken about the pedagogical dimension as a whole and in the sequence the relevant aspects to the institution in which the project is inserted, the target public and the development of the activities of the project were highlighted. The main contribution of the work is to emphasize professional alternatives that seek to confront the social question pertinent to human aging, in accordance to the proposal of the ethical-political project of Social Work.

Keywords: Pedagogical role; Professional acting; Aging; Social Work.

INTRODUÇÃO

A dimensão pedagógica da atuação do assistente social está presente em diversos campos de trabalho nos quais essa profissão é requisitada. São múltiplas as potencialidades de planejamento e execução de ações interventivas pautadas nesse conceito e incluir o aspecto da função pedagógica dos assistentes sociais na análise das respostas desenvolvidas às demandas postas a esse profissional pode inserir importantes contribuições para a reflexão das variadas alternativas de enfrentamento às expressões da questão social.

No contexto do Serviço Social do Comércio do Distrito Federal – Sesc/DF, foi estruturado por assistentes sociais o Projeto Envelhecer, que tem como público-alvo a população idosa que frequenta o grupo de socialização da instituição, o Grupo dos Mais

¹ Estudante de Graduação, Universidade de Brasília, E-mail: julopesv19@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Serviço Social do Comércio do Distrito Federal, E-mail: julopesv19@gmail.com.

Vividos (GMV). Esse projeto apresenta como objetivo propiciar uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações que aproximem esse recorte etário de variadas discussões relevantes ao processo de envelhecimento.

A presença do assistente social na elaboração de respostas à algumas das demandas colocadas à instituição Sesc-DF reforçam a importância da atuação profissional com vistas à garantia de direitos por meio de ações pedagógicas, buscando trazer à tona a análise do processo de envelhecer e os reflexos societários levando em consideração a singularidade e a totalidade.

No presente trabalho buscar-se-á relacionar a dimensão pedagógica da atuação profissional com o Projeto Envelhecer aplicado no Sesc-DF a fim de contribuir para a demonstração das possibilidades presentes na intervenção profissional do assistente social e destacar a importância dela frente às demandas do envelhecimento. As ações desenvolvidas buscam, para além da qualidade de vida, pensar em um espaço de construção coletiva que trabalhe as noções de protagonismos e de fortalecimentos de sujeitos políticos para garantia dos direitos sociais.

DESENVOLVIMENTO

A prática pedagógica se evidencia em múltiplos espaços ocupacionais nos quais a atuação profissional dos/as assistentes sociais está presente, sendo o Sesc-DF um dos exemplos. Ela está atrelada às conexões e vínculos que a profissão desenvolve no contato com as classes sociais e influencia na maneira de pensar e agir dos sujeitos que estão participando desses processos de troca de conhecimento (ABREU, 2002).

O Serviço Social possui muitas potencialidades no sentido desta prática, justamente por causa da aproximação com os usuários que o exercício profissional proporciona. É com as mediações existentes no âmbito da cotidianidade dos sujeitos envolvidos é que a prática pedagógica se estabelece, consubstanciando-se como um aspecto material e ideológico (ABREU, 2002).

As relações pedagógicas não são dotadas de neutralidade e não se encerram em si mesmas, elas estão inscritas no desenvolvimento da racionalização do trabalho e da produção (ABREU, 2002) e são perpassadas também por tentativas de exercício de controle social. Os conceitos gramscianos de hegemonia e cultura estão intimamente conectados com a análise trazida por Abreu (2002), que acrescenta ao contexto geral as lutas de classes pela hegemonia, pelo controle ideológico e pela adesão dos trabalhadores à um projeto societário sustentado pela exploração da força de trabalho, onde esses processos educativos se desenrolam.

A formação da cultura está atrelada à difusão de ideologias, padrões de comportamento e disputa pela hegemonia. Gramsci afirma que: “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), demonstrando justamente o potencial presente nas variadas ferramentas de processos educativos orientados segundo também, variados objetivos.

Conforme os estudos sobre a prática pedagógica, Abreu (2002) traz dois eixos centrais segundo os quais as relações pedagógicas, e conseqüentemente a formação de cultura, podem se organizar. O primeiro está relacionado às práticas que legitimam as relações de dominação e exploração. Esse eixo atua no sentido de favorecer e facilitar a exploração ao convencer a classe dominada a aderir o projeto defendido pela classe dominante. Em segundo estão as práticas que favoreçam uma revolução emancipatória na sociedade. Essa perspectiva busca propor uma reflexão crítica a respeito da realidade, incluindo fatores historicamente e socialmente construídos, pautada num horizonte onde seja possível se concretizar uma alternativa societária diferente da que se organiza em torno da ordem do capital (ABREU, 2009).

Por mais que o/a Assistente Social ocupe posições geralmente marcadas por tensionamentos, investidas nos desmontes das políticas sociais, transformações do trabalho e de múltiplos outros processos advindos de um projeto hegemônico vigente contrário ao projeto ético-político defendido pela profissão. Esse contexto colabora para que os interesses das classes subalternas acessem possibilidades de concretização através de uma prática profissional orientada.

Os estudos gramscianos contribuíram para análise da profissão por meio do conceito de “intelectual orgânico”. Autoras como Adriana Giaqueto Jacinto (2017) afirmam que o critério que delimita esse termo está presente na função e no vínculo que determinado sujeito exerce junto à classe com que ele alinha seus objetivos e estabelece uma aliança. Assim o profissional atua nas construções de perspectivas críticas, incentivando o questionamento da realidade e o exercício reflexivo a respeito dos processos sócio históricos.

O intelectual faz o movimento de interligar os processos de entendimento do mundo com um contexto que apresente características trazidas pela historicidade. Assim, por meio dessa dinâmica incentiva e estimula organizações que questionem, se posicionem e reflitam sobre a possibilidade de uma ação revolucionária alternativa. Como traz Jacinto (2017, p.80) a figura do intelectual orgânico “apoia, reflete em conjunto, orienta, informa, estimula, facilita espaços, convive e vive as esperanças e iniciativas dos que buscam a superação da dominação em quaisquer formas que se apresente”.

A análise da profissão por meio do conceito de Gramsci possibilita um entendimento do papel do assistente social em um contexto amplo. Essa perspectiva suscita uma atuação que busque realizar trocas concretas com a classe trabalhadora, fortalecendo mecanismos que direcionam para a construção de alternativas societárias contra-hegemônicas.

O Serviço Social tem um compromisso ético-político que está explícito nos princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social, representado pelo item: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24), defendendo uma emancipação e se posicionando em defesa da classe dominada. Este compromisso está em clara consonância com as características trazidas pelo conceito de intelectual orgânico e reflete diretamente no horizonte segundo o qual a dimensão pedagógica da atuação profissional irá se orientar.

Dessa forma, além de direcionar a intencionalidade de suas intervenções de acordo este horizonte, o assistente social também tem como dever “garantir a plena informação; [...] democratizar as informações [...]; contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as [...]” (CFESS, 2012 p. 29 e 30)”. Não é apenas um repasse de informações, as relações construídas juntas aos/às usuários/as se constituem dentro de um processo educativo pautado no diálogo, na troca e no incentivo à organização coletiva. Como afirma Jacinto (2017), “as práticas pedagógicas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e de analisá-las e explicá-las”.

Há dois elementos que devem ser destacados como influenciadores no desenvolvimento da função pedagógica do assistente social: a linguagem e a criatividade. A primeira deve ser uma forma de acesso à mensagem que se está querendo transmitir no diálogo, logo deve ser construída levando em consideração o público-alvo de destino. Concomitante, a existência de um diálogo de fato, que se constituirá pelo exercício da linguagem, pressupõe uma abertura para ouvir as concepções e contribuições trazidas pelos sujeitos envolvidos. O processo pedagógico é uma construção coletiva que influencia não apenas nos usuários que estão em contato com o fazer profissional, mas também na visão de mundo que o profissional irá desenvolver a partir das contribuições desses sujeitos, podendo ter consequências na sociedade por meio de uma ação de efeito plurilateral.

No que se refere a criatividade, ela é essencial para o enfrentamento dos obstáculos que são postos à efetivação da prática pedagógica. O Serviço Social, ao se posicionar contra-hegemonicamente, precisa desenvolver caminhos e apresentar propostas variadas que possibilitem a concretização de seus objetivos, tendo em vista os múltiplos desafios que terá que contornar ao se deparar com as condições concretas de sua intervenção.

A dimensão pedagógica no Projeto Envelhecer do SESC-DF

As demandas atuais dos idosos não são apenas no campo da saúde, mas compõem a dimensão biopsicossocial. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF trabalha com esta dimensão na medida que coloca que as perspectivas de saúde estão relacionadas no campo biológico, individual e social. Este documento busca padronizar a linguagem referente aos estados de saúde e analisa não apenas funções do corpo, mas a interação com a sociedade (OMS, 2004). Assim, compreende-se que o envelhecimento não é mais apenas um corpo com perda de funcionalidade, mas que possui outros aspectos que precisam de intervenção para que haja inclusão social.

Pensar na dimensão biopsicossocial do envelhecer também remete a associação deste fenômeno com a deficiência. Atualmente, compreende-se que experimentam a deficiência aquelas pessoas que possuem impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que em interação com as barreiras sociais podem sofrer restrição de participação social (BRASIL, 2015). Esse conceito adotado recentemente no Brasil coloca que deficiência é um corpo com impedimentos que sofre restrição de participação social a partir das experiências com as estruturas desiguais da sociedade. Barnes em entrevista concedida para Debora Diniz (2013) diz que todo indivíduo é uma pessoa com deficiência em potencial, pois à medida que se envelhece há perda de funcionalidade e conseqüentemente restrição de participação social. Dessa forma, as demandas do envelhecer também são colocadas em uma perspectiva de justiça social à medida que se identifica a necessidade de intervenções que garantem a participação em par de igualdade com os demais cidadãos.

A partir dessa compreensão de envelhecimento considerando diversos aspectos da vida humana, o Serviço Social do Comércio do Distrito Federal – Sesc/DF, começou a estruturar ações que atendessem à essas demandas. Para compreender essas ações é necessário um breve resgate histórico. A instituição foi criada por meio do Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946, direcionando seus serviços para comerciários e familiares, sendo o alvo principal aqueles que estivessem em situação de vulnerabilidade social. O Sesc, enquanto instituição de direito privado, surgiu no processo de redemocratização do país nos anos 40, na efervescência do movimento sindical e da contenção das disputas capital-trabalho. Suas atividades inicialmente estiveram voltadas para o lazer, recreação, saúde e educação. Foi nos anos 1960 que a instituição iniciou o trabalho social com idosos com atividades desenvolvidas visando a sociabilidade e a cidadania.

Há mais de cinquenta anos o Sesc vem desenvolvendo atividades para pessoas envelhecidas, buscando se aperfeiçoar para atendimento dessas demandas. O Trabalho Social com idosos tem como pioneiro o Sesc-SP, mas atualmente, é executado em diversas regionais, como o Distrito Federal - DF. Na Federação Brasileira este serviço é desenvolvido na modalidade de grupos sendo conhecido como Grupo dos Mais Vividos – GMV, presente nas sete Unidades Operacionais e Centro de Atividades: Sesc Gama, Ceilândia, Taguatinga Sul, Taguatinga Norte, Guará, 913 Sul e 504 Sul, com participantes entre 60 a 80 anos, com média de idade entre 60-70 anos (SANTOS et al, 2018).

No Sesc/DF, o Grupo dos Mais Vividos têm como objetivo trabalhar a qualidade de vida, a autonomia, o protagonismo e empoderamentos dos idosos. Para isso, funciona por meio de reuniões de socialização e oficinas sistemáticas que trabalham as dimensões sociais do envelhecer. A partir das atividades já realizadas, foi iniciado no ano de 2019 o Projeto Envelhecer, que busca por meio de ações socioeducativas proporcionar a aproximação com conhecimentos e fortalecimentos de habilidades e potencialidades dos participantes. Assim, por meio dos aspectos biopsicossociais, as atividades têm como eixos norteadores os debates sobre cidadania, saúde do idosos, educação e atualidades, arte e lazer.

Este artigo traz o relato de experiência do desenvolvimento do eixo de cidadania que ocorreu durante seis encontros com duração de duas horas, que corresponde à uma das respostas do trabalho dos assistentes sociais às demandas identificadas no contexto do espaço ocupacional em questão. A demarcação deste recorte se deu, pois, nos demais eixos que serão desenvolvidos durante o decorrer do ano de 2019.

Os objetivos do primeiro eixo temático foram: propiciar uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas dirigidas aos idosos; compreender o significado social da independência a partir da capacidade de realizar atividades cotidianas e da autonomia como forma de gerir a própria vida e tomar decisões; realizar de maneira lúdica o repensar acerca do autocuidado, cuidado do domicílio e interação social; fortalecer os vínculos familiares a partir da afetividade; estimular nos participantes a reflexão acerca das possibilidades de mudanças a partir da socialização e conhecimento acerca da acessibilidade.

O formato adotado se concretizou por meio de rodas de conversas e foram abordados os temas: políticas sociais e direitos da pessoa idosa; autonomia e independência; atividades da vida diária, família e acessibilidade. As atividades foram coordenadas e executadas por uma assistente social e por uma estagiária em Serviço Social. Levando em consideração a necessidade da interdisciplinaridade na realização do

Projeto, nos debates referentes às atividades da vida diária, também contou com a participação de uma enfermeira vinculada à instituição Sesc-DF.

A presença da assistente social enquanto coordenadora destas atividades é importante para reforçar que este profissional trabalha visando garantir direitos por meio de ações pedagógicas que buscam compreender o processo de envelhecer e os reflexos societários levando em consideração a singularidade e a totalidade, possibilitando aos participantes uma ressignificação da velhice (SANTOS et al. 2018).

As atividades desenvolvidas durante o projeto buscam provocar no idoso a reflexão de pertencimento na sociedade desconstruindo conceitos sobre dependência e envelhecimento. Dependência, como coloca Diniz (2007), é inerente à condição humana, todos os indivíduos, independente da faixa etária, passam por situações que requerem a dependência de terceiros. Assim, é fundamental frisar que envelhecer ativamente vai além das compreensões de atividade laborativa.

O ser humano é dotado de capacidade teleológica que desde sua existência primitiva o permite idealizar e executar diversas atividades promovendo, então, suas práxis (LUKÁCS, 2010). Dessa forma, o envelhecimento, muitas vezes pode provocar o sentimento de não pertencimento nessa esfera de vida, considerando os conceitos de trabalho determinados na sociedade. Com isso, se fez necessário resgatar as memórias e contribuições dos idosos para sociedade que foram exercidas no passado, presente e futuro, de maneira a demonstrar que a capacidade teleológica se faz presente em todo o processo de vida.

A partir dos pressupostos estabelecidos foi possível realizar algumas inferências sobre as atividades realizadas, principalmente no que se refere à concretização de práticas pedagógicas. O eixo de Cidadania foi implementado por meio da proposta de suscitar reflexões críticas que contribuíssem para a análise do processo de envelhecimento. Todos os encontros cumpriram com os objetivos planejados e foram enriquecidos com as contribuições trazidas pelas participantes, que abordavam aspectos para além das temáticas propostas, aprofundando as discussões ao compartilharem suas experiências.

O projeto teve aprovação significativa das idosas e por meio dele foi possível realizar uma troca de saberes. Os debates incluíram desde discussões voltadas para o arcabouço legal de proteção à pessoa idosa até esclarecimentos sobre atividades da vida diária, todas pensadas intencionalmente para construir um arco de temáticas entrelaçadas que propiciam o protagonismo e um questionamento das realidades vivenciadas.

Um fator de grande importância no desenvolvimento das oficinas foi a aplicação de estratégias que incentivassem a participação efetiva dos sujeitos, em cada uma delas foram utilizadas dinâmicas que facilitassem a interação e o estabelecimento de vínculos entre as

participantes. Esse processo incentivou posteriormente o reconhecimento coletivo de demandas em comum que perpassam a faixa etária. Durante os primeiros encontros, observou-se que as integrantes tiveram um contato inicial com a estrutura do Projeto Envelhecer e compartilharam suas expectativas em relação ao grupo. Foi dado destaque à relevância da construção de um espaço de fala coletivo, onde elas se sentissem à vontade para expressar seus posicionamentos.

Nas atividades que tinham como objetivo abordar os direitos das pessoas idosas e as políticas sociais foi preciso assegurar que o máximo de informações estivessem disponíveis aos usuários como formas de fortalecer a elaboração de ferramentas de mobilização social. Identificou-se a realização de um movimento de questionamento do ordenamento jurídico, a partir de experiências de não-efetivação dos direitos na cotidianidade. Além, também, de promover a desconstrução de conceitos do senso comum em relação aos alguns direitos legalmente garantidos, como por exemplo, o auxílio-reclusão.

A continuidade dos debates buscando abordar os conceitos de autonomia, independência e qualidade de vida, foi realizada por meio da confecção de cartazes, através da técnica de recorte-colagem, que ilustrassem os conceitos. Durante o desenvolvimento da oficina foi possível perceber que o exercício contribuiu para questionamentos a respeito da ausência de representatividade de pessoas idosas. Tal debate foi de extrema importância para se refletir sobre a categoria de corponormatividade³ que não considera as expressões da diversidade humana quando se pensa em deficiência, mas como também em envelhecimento. Os debates evoluíram para noções de liberdade, enquanto princípio limitado. Tais reflexões tinham como base as próprias experiência de vida tendo o foco a visão estereotipada da presença da mulher idosa na sociedade.

As discussões referentes aos conceitos de família buscaram ser construídas inicialmente de acordo com as percepções das participantes e posteriormente buscando relacionar com o conceito colocado pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS. O objetivo foi destacar a diversidade de arranjos familiares existentes e a necessidade de respeito às variadas configurações, além de promover o resgate da rede de apoio familiar.

Assim, por meio da troca de experiências, foi possível construir e reconstruir conceitos de forma a compreender a realidade cotidiana, promover autonomia e protagonismo das idosas participantes. A intencionalidade dessas ações, em sintonia com o cunho pedagógico, é promover uma compreensão da cotidianidade, por meio das mediações, para que possa realizar as intervenções necessárias para garantia de direitos.

³ Corponormatividade é um conceito utilizado pelos estudos sobre deficiência a partir da teoria *crip* que foi construída pela influência da teoria *queer*. Assim como a teoria *queer* vem colocar que as relações sociais são baseadas pela heteronormatividade, a corponormatividade traz que a sociedade também não é sensível aos corpos que fogem dos padrões de funcionalidade (GUEDES, 2016).

CONCLUSÃO

O envelhecimento é uma expressão da questão social, pois além de pensar perspectivas de fortalecimento da qualidade de vida é necessário atuar no enfrentamento de questões como pobreza, violência, situações de abandono e negligência familiar e do poder público. Assim, as intervenções profissionais, em especial dos assistentes sociais e em consonância com as características da dimensão pedagógica, devem buscar ações de encaminhamentos e orientações sociais como também desconstruir os estereótipos referentes a diversidade do envelhecer focando na visibilidade social dos idosos (SANTOS et. al, 2018)

A pirâmide demográfica brasileira vem sofrendo alterações significativas que demonstram o aumento da população idosa. A estimativa da Organização das Nações Unidas – ONU é de que no ano 2050 a população idosa seja maior do que a de crianças abaixo dos quatorze anos. A expectativa é que da população mundial total dois bilhões corresponderão a pessoas idosas (ONU, 2003). O fenômeno do envelhecimento representa um desenvolvimento social e econômico que contribuiu para o aumento da expectativa de vida (OLIVEIRA; TOSHI, 2015). No entanto, há diversas barreiras ambientais e sociais que impedem a participação social da pessoa idosa. A sociedade progrediu em alguns aspectos a partir dos processos de industrialização e globalização que colaboraram para evolução dos cuidados com a saúde, por exemplo. No entanto, o Estado não se estruturou para atender as demandas deste grupo populacional.

Dessa maneira, o Projeto Envelhecer ao ser desenvolvido buscou por meio das ações pedagógicas promover intervenções que atingissem as possibilidades de transformações societárias, tendo como norte o projeto ético-político do Serviço Social. Para esse trabalho foi considerado a função pedagógica como uma das características de intervenções possíveis de serem realizadas no grupo de idosos.

As práticas educativas existentes no fazer profissional são derivadas da dimensão pedagógica da profissão e inicialmente estiveram vinculadas às demandas das classes dominantes. Contudo, desde os anos 1980, o Serviço Social vem construindo suas práxis assumindo compromisso com a classe subalterna em vistas de promoção da emancipação humana (ABREU; CARDOSO, 2009).

A função pedagógica busca realizar intervenções no âmbito cultural que se relacionam com o modelo de compreensão das relações sociais (ABREU; CARDOSO, 2009). Assim, o projeto envelhecer veio com o objetivo de buscar construir um ambiente reflexivo e coletivo sobre as temáticas debatidas. Acredita-se que a discussão paritária é um

caminho para desconstruir estereótipos e preconceitos que muitas vezes fazem parte da cotidianidade e implicam em práticas opressoras na garantia de direitos.

A participação popular contribui no processo de tomada de consciência de classe (ABREU; CARDOSO, 2009). Com isso, o Projeto Envelhecer vem na tentativa de promover debates que empoderem os idosos enquanto cidadãos de direitos que precisam e devem ser representados socialmente em diversos espaços públicos e privados. As ações pedagógicas vêm trabalhando no tensionamento a respeito das constantes mudanças societárias e como o idoso é incluído nesse processo.

O espaço construído pelo projeto Envelhecer no primeiro eixo, de cidadania, contribuiu, de acordo com as reflexões de Abreu e Cardoso (2009), para consolidar as intervenções de mobilização social e organização. Esse resultado foi possível, pois as atividades buscaram discutir a responsabilização do Estado sobre as ações relacionadas ao envelhecimento, como também a afirmação da seguridade social como direito social. Dessa forma, os encontros realizados com os idosos, cada vez mais, se constituem enquanto espaço de socialização, mas também de fortalecimento da luta pela garantia de direitos a partir do uso de conhecimentos construídos coletivamente (ABREU; CARDOSO, 2009), podendo ser caracterizado como um espaço de amplas possibilidades de atuação do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002

BRASIL. Lei Nº13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial**. Brasília, 06 de julho de 2015. Disponível em <75
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 30 out. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. **Diário Oficial**. Brasília, 16 de setembro de 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19853.htm> Aceso em 27 mai. 2019

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS/ABEPSS. Serviço social e competências profissionais. Brasília, 2009.

CFESS. Código de Ética do assistente social e Lei n. 8.662/93. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 23 de maio 2019.

DINIZ, Débora. O que é Deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

_____. Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes. **Revista Ser Social**. Brasília, v. 15. n. 32. p. 237-251, jan./jun. 2013.

GUEDES, Anahi de Mello. Deficiência, Incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou da preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. In: **Rev. Ciências & Saúde Coletiva**. 2016, vol.21, n.10, pp.3265-3276. ISSN 1413-8123.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017.

LUKÁCS, Gyorgy. Prolegômenos para uma ontologia **do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Márcia Mendes Marquez; TOSCHI, Mirza Seabra. Gerontologia Educacional: uma didática para idosos. In: **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia**. v. 4 n.1, 2015. Disponível em: <<http://www.fasem.edu.br/revista/index.php/fasemciencias/article/view/74>> Acesso em 06 out. 2018

OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF**. Tradução e Revisão de Amélia Leitão. Lisboa, 2004.

ONU. Plano de ação internacional sobre o envelhecimento, 2002 / Organização das P712a Nações Unidas; tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

SANTOS, Rosililane.; CUNHA, Ana Carolina Castro Pereira; ALMEIDA, Maria Weila Coelho. Perfil dos idosos participantes do Grupo dos Mais Vividos do Serviço Social do Comércio (SESC) do Distrito Federal, Brasília, Brasil. In: **Arq. Bras. Ed. Fís.**, Tocantinópolis, v. 1, n.2, Ago./Dez., p. 55 – 68, 2018.

SESC. **Projeto Envelhecer**. 2019 (no prelo)

_____. Nossa história. Disponível em <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/nossa_historia/> Acesso em 27 mai. 2019

_____. Grupo dos Mais Vividos. Disponível em: <<https://sescdf.com.br/grupo-dos-mais-vividos/>> Acesso em 27 mai. 2019